



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2022 - SO

PROCESSO ELETRÔNICO nº 0714/2022

AVISO

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, torna público que encontra-se aberto procedimento licitatório, sob a modalidade de LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE, visando à alienação de ativos de iluminação pública (luminárias, lâmpadas, relés, reatores, braços de sustentação de luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, conectores e condutores) pertencentes ao Município de Juiz de Fora, sujeitando-se as partes ao disposto na legislação pertinente e as condições do Edital.

O leilão ocorrerá no seguinte endereço Rua Osório de Almeida, nº 950 - Bairro Poço Rico -, nesta cidade de Juiz de Fora – MG. Informa-se que o Credenciamento dos interessados será realizado a partir de 9h e o Leilão terá início às 9h30, do dia 29 (vinte e nove) de março de 2022.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2022/index.php. O edital poderá ainda ser solicitado através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>. Quaisquer dúvidas poderão ser protocoladas, assim como serão respondidas através do referido link do Plataforma Ágil.

Juiz de Fora, 08 de março de 2022.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2022 - SO

PROCESSO ELETRÔNICO nº 0714/2022

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, informa a todos os interessados, que dará início no local, dia e hora divulgados no Aviso deste Edital ao procedimento licitatório, modalidade de **LEILÃO**, do tipo **MAIOR LANCE**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Leilão a **alienação de ativos de iluminação pública (luminárias, lâmpadas, relés, reatores, braços de sustentação de luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, conectores e condutores) pertencentes ao Município de Juiz de Fora**, inservíveis para novas aplicações no Parque Luminotécnico municipal.

1.2. Os bens em licitação serão leiloados no estado e condições em que se encontram, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, pois, a respeito dos mesmos, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

1.3. A alienação será feita por item, conforme descrição constante do **Anexo II** deste Edital, no lance mínimo estimado para cada equipamento.

1.4. Para fins de exame, os ativos objeto deste Leilão encontram-se à disposição dos interessados para serem vistoriados até o dia útil anterior à data designada para realização da sessão inaugural, **no estacionamento da sede do Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras (SO/DEIP)**, localizado na Rua Osório de Almeida, nº 950, bairro Poço Rico, Juiz de Fora-MG pelo telefone (32) 3690-7004, no horário de 08h30m às 11h30m e de 14h30m às 17h30m, de segunda a sexta-feira.

1.5. O descarte do material inservível dentro das normas e padrões ambientais vigentes ocorrerá por conta única e exclusiva do arrematante.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente procedimento licitatório Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, inscritas respectivamente junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da fazenda.

2.2. Não poderão participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em qualquer das situações a seguir:

2.2.1. Sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO**.

2.2.2. Estejam em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.2.3. Pessoas Físicas ou Jurídicas enquadradas no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93 ou que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

2.2.4. Menores de 18 anos, não emancipados, servidores e ocupantes de cargo em comissão, em exercício no âmbito do Município de Juiz de Fora.

2.2.5. Para efeitos do cumprimento do subitem **2.2.1** e **2.2.2** serão exigidos **para PESSOAS JURÍDICAS** os seguintes documentos:

a) Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

a.1) Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

a.2.) Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

c) Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual.

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente registrados.

2.3. O vencedor do lance será identificado através do número da carteira de identidade e CPF, no caso de Pessoa Física, ou CNPJ e Inscrição estadual, quando Pessoa Jurídica.

2.3.1. Somente poderá participar da fase de lances o próprio licitante ou seu procurador, mediante procuração com poderes para realizar a compra, se Pessoa Física, ou o representante legal do licitante, se Pessoa Jurídica, conforme **Anexo III** deste Edital.

2.3.2. Os documentos exigidos nos subitens anteriores poderão ser exigidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticados em cartório.

2.3.3. No Ato da arrematação, os interessados deverão comparecer ao local determinado para a realização do Leilão, munidos de Carteira de Identidade e CPF no caso de Pessoas Físicas ou CNPJ para Pessoas Jurídicas neste último atendendo aos requisitos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem **2.2.5**.

CAPÍTULO III - DA ARREMATÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Os equipamentos inservíveis serão leiloados no estado em que se encontram, e a arrematação será concretizada para quem oferecer maior lance, tomando por base os preços mínimos estimados para a alienação, constantes do **Anexo II** deste Edital.

3.2. Na mesma data, logo após oferecer o lance, o vencedor arrematante obriga-se a depositar o total do valor da arrematação dos bens ou 20% (vinte por cento) desse valor, como sinal, a ser recolhido mediante o



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

pagamento de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, com a utilização de código próprio para este fim.

3.2.1. No caso do recolhimento ser de 20%(vinte por cento) sobre o valor total da arrematação, obriga-se o arrematante a recolher os 80% (oitenta por cento) restantes no prazo máximo de 5(cinco) dias corridos, sob pena de perder em favor do Município o valor já recolhido.

3.3. Todos os pagamentos serão efetuados através de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, em favor do **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA** mediante a adoção do código próprio, cabendo à Secretaria de Fazenda a confirmação do recebimento dos créditos correspondentes, para que em seguida seja possível autorizar e levar a transferência da titularidade do item arrematado, observado o disposto no **item 1.5.**

CAPÍTULO IV – DA RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. A entrega dos equipamentos leiloados ficará a cargo do **Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras (SO/DEIP)**, pelo telefone (32) 3690-7004, após a observação dos trâmites administrativos pertinentes, mediante a comprovação do pagamento dos DAM'S competentes, atendidas as exigências do **subitem 3.2.**

4.2. Os arrematantes disporão do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da homologação do certame, para retirar os equipamentos arrematados no local indicado no **subitem 1.4.** Tal retirada ficará condicionada à apresentação da comprovação do pagamento integral do item arrematado.

4.3. Findo o prazo previsto no subitem **4.2**, ficam os arrematantes sujeitos ao pagamento de multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor total da arrematação.

4.3.1. Após o 30º (trigésimo) dia sem que tenha ocorrido a retirada do bem, a arrematação será cancelada e o arrematante receberá o valor líquido da operação, ou seja, o valor do lance final deduzida a multa prevista no subitem **4.3.**

4.4. Todas as despesas decorrentes da retirada e transporte dos equipamentos arrematados correrão por conta e risco do arrematante.

4.5. É proibido ao arrematante dos bens ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociá-los antes do pagamento integral dos valores correlatos, devidos ao **MUNICÍPIO.**

CAPÍTULO V - DOS CASOS DE DESISTÊNCIA E PENALIDADES DO LICITANTE

5.1. Na desistência do licitante vencedor, o **MUNICÍPIO** poderá convocar, para substituí-lo, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

5.2. O licitante que desistir da compra ou não obedecer aos prazos fixados, ficará sujeito as penalidades estabelecidas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Desse modo, aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo administrativo, no que couber:

5.2.1. Advertência;

5.2.2. multa de 2% (dois por cento) do valor total do bem arrematado;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.3. impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO pelo prazo de até 02 (dois) anos, com a devida comunicação junto ao Cadastro Geral de Licitantes –CAGEL do Município, mediante apresentação de cópia do ato que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade ou da decisão final do recurso interposto pelo arrematante, a fim de que seja averbada a penalização no registro cadastral.

CAPÍTULO VI - DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A VENDA

6.1. Os recursos eventualmente obtidos com a alienação dos ativos de iluminação pública serão destinados à manutenção e expansão da rede de iluminação pública do Município.

6.2. Caso seja de interesse do Departamento de Iluminação Pública (DEIP/SO) os recursos provenientes poderão ser disponibilizados através de material elétrico e/ou equipamentos de iluminação utilizados na cidade dentro do valor de mercado e mediante apresentação de no mínimo 03 (três) propostas de fornecedores diversos.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos concorrentes das exigências e condições estabelecidas no presente Edital.

7.2. Os casos omissos neste Edital, serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93.

7.3. Não será dado nenhum tipo de garantia ao adquirente.

7.4. O adquirente é responsável pela utilização e destino final do(s) bem(ns) arrematado(s) e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste Projeto Básico e na legislação em vigor.

7.5. O presente Edital não importa em obrigação de venda, caso as ofertas não atinjam o valor de avaliação para cada item.

7.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

7.7. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Relação fotográfica dos equipamentos indicados para alienação pelo **MUNICÍPIO**.

Anexo II - Relação dos equipamentos indicados para leilão – estimativa de preço por peso médio.

Anexo III – Modelo de credencial para sessão pública.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2022 - SO

PROCESSO ELETRÔNICO nº 0714/2022

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Leilão a **alienação de ativos de iluminação pública (luminárias, lâmpadas, relés, reatores, braços de sustentação de luminárias, eletrodutos, caixas de passagem, conectores e condutores) pertencentes ao Município de Juiz de Fora**, inservíveis para novas aplicações no Parque Luminotécnico municipal.

1.2. Os bens em licitação serão leiloados no estado e condições em que se encontram, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, pois, a respeito dos mesmos, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

1.3. A alienação será feita por item, conforme descrição constante do **Anexo II**, no lance mínimo estimado para cada equipamento.

1.4. Para fins de exame, os ativos objeto deste Leilão encontram-se à disposição dos interessados para serem vistoriados até o dia útil anterior à data designada para realização da sessão inaugural, **no estacionamento da sede do Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras (SO/DEIP)**, localizado na Rua Osório de Almeida, nº 950, bairro Poço Rico, Juiz de Fora-MG pelo telefone (32) 3690-7004, no horário de 08h30m às 11h30m e de 14h30m às 17h30m, de segunda a sexta-feira.

1.5. O descarte do material inservível dentro das normas e padrões ambientais vigentes ocorrerá por conta única e exclusiva do arrematante.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do presente procedimento licitatório Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, inscritas respectivamente junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da fazenda.

2.2. Não poderão participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em qualquer das situações a seguir:

2.2.1. Sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO**.

2.2.2. Estejam em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

2.2.3. Pessoas Físicas ou Jurídicas enquadradas no disposto do art. 9º da Lei nº 8.666/93 ou que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

2.2.4. Menores de 18 anos, não emancipados, servidores e ocupantes de cargo em comissão, em exercício no âmbito do Município de Juiz de Fora.

2.2.5. Para efeitos do cumprimento do subitem **2.2.1** e **2.2.2** serão exigidos **para PESSOAS JURÍDICAS** os seguintes documentos:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

a) Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

a.1) Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

a.2.) Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

c) Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual.

d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores devidamente registrados.

2.3. O vencedor do lance será identificado através do número da carteira de identidade e CPF, no caso de Pessoa Física, ou CNPJ e Inscrição estadual, quando Pessoa Jurídica.

2.3.1. Somente poderá participar da fase de lances o próprio licitante ou seu procurador, mediante procuração com poderes para realizar a compra, se Pessoa Física, ou o representante legal do licitante, se Pessoa Jurídica, conforme **Anexo III**.

2.3.2. Os documentos exigidos nos subitens anteriores poderão ser exigidos no original ou mediante cópia integral, legível e em boa forma, autenticados em cartório.

2.3.3. No Ato da arrematação, os interessados deverão comparecer ao local determinado para a realização do Leilão, munidos de Carteira de Identidade e CPF no caso de Pessoas Físicas ou CNPJ para Pessoas Jurídicas neste último atendendo aos requisitos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 2.2.5.

3. DA ARREMATÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Os equipamentos inservíveis serão leiloados no estado em que se encontram, e a arrematação será concretizada para quem oferecer maior lance, tomando por base os preços mínimos estimados para a alienação, constantes do **Anexo II**.

3.2. Na mesma data, logo após oferecer o lance, o vencedor arrematante obriga-se a depositar o total do valor da arrematação dos bens ou 20% (vinte por cento) desse valor, como sinal, a ser recolhido mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, com a utilização de código próprio para este fim.

3.2.1. No caso do recolhimento ser de 20%(vinte por cento) sobre o valor total da arrematação, obriga-se o arrematante a recolher os 80% (oitenta por cento) restantes no prazo máximo de 5(cinco) dias corridos, sob pena de perder em favor do Município o valor já recolhido.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.3. Todos os pagamentos serão efetuados através de Documento de Arrecadação Municipal –DAM, em favor do **MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA** mediante a adoção do código próprio, cabendo à Secretaria de Fazenda a confirmação do recebimento dos créditos correspondentes, para que em seguida seja possível autorizar e levar a transferência da titularidade do item arrematado, observado o disposto no **item 1.5**.

4. DA RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. A entrega dos equipamentos leiloados ficará a cargo do **Departamento de Iluminação Pública da Secretaria de Obras (SO/DEIP)**, pelo telefone (32) 3690-7004, após a observação dos trâmites administrativos pertinentes, mediante a comprovação do pagamento dos DAM'S competentes, atendidas as exigências do **subitem 3.2**.

4.2. Os arrematantes disporão do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da homologação do certame, para retirar os equipamentos arrematados no local indicado no **subitem 1.4**. Tal retirada ficará condicionada à apresentação da comprovação do pagamento integral do item arrematado.

4.3. Findo o prazo previsto no subitem **4.2**, ficam os arrematantes sujeitos ao pagamento de multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, calculados sobre o valor total da arrematação.

4.3.1. Após o 30º (trigésimo) dia sem que tenha ocorrido a retirada do bem, a arrematação será cancelada e o arrematante receberá o valor líquido da operação, ou seja, o valor do lance final deduzida a multa prevista no subitem **4.3**.

4.4. Todas as despesas decorrentes da retirada e transporte dos equipamentos arrematados correrão por conta e risco do arrematante.

4.5. É proibido ao arrematante dos bens ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociá-los antes do pagamento integral dos valores correlatos, devidos ao **MUNICÍPIO**.

5. DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A VENDA

5.1. Os recursos eventualmente obtidos com a alienação dos ativos de iluminação pública serão destinados à manutenção e expansão da rede de iluminação pública do Município.

5.2. Caso seja de interesse do Departamento de Iluminação Pública (DEIP/SO) os recursos provenientes poderão ser disponibilizados através de material elétrico e/ou equipamentos de iluminação utilizados na cidade dentro do valor de mercado e mediante apresentação de no mínimo 03 (três) propostas de fornecedores diversos.

6. DOS CASOS DE DESISTÊNCIA E PENALIDADES DO LICITANTE

6.1. Na desistência do licitante vencedor, o **MUNICÍPIO** poderá convocar, para substituí-lo, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

6.2. O licitante que desistir da compra ou não obedecer aos prazos fixados, ficará sujeito as penalidades estabelecidas no Art. 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Desse modo, aplicar-se-ão as seguintes cominações, cumulativas ou não, segundo decisão no competente processo administrativo, no que couber:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2.1. Advertência;

6.2.2. multa de 2% (dois por cento) do valor total do bem arrematado;

6.2.3. impedimento do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO pelo prazo de até 02 (dois) anos, com a devida comunicação junto ao Cadastro Geral de Licitantes –CAGEL do Município, mediante apresentação de cópia do ato que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade ou da decisão final do recurso interposto pelo arrematante, a fim de que seja averbada a penalização no registro cadastral.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos concorrentes das exigências e condições estabelecidas no Edital e anexos do Leilão.

7.2. Os casos omissos serão regulados em observância a Lei nº 8.666/93.

7.3. Não será dado nenhum tipo de garantia ao adquirente.

7.4. O adquirente é responsável pela utilização e destino final do(s) bem(ns) arrematado(s) e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas e na legislação em vigor.

7.5. O presente Leilão não importa em obrigação de venda, caso as ofertas não atinjam o valor de avaliação para cada item.

7.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2022 - SO

PROCESSO ELETRÔNICO nº 0714/2022

**ANEXO I - RELAÇÃO FOTOGRÁFICA DOS EQUIPAMENTOS INDICADOS PARA
ALIENAÇÃO PELO MUNICÍPIO**

(anexo em arquivo digital)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2022 - SO

PROCESSO ELETRÔNICO nº 0714/2022

**ANEXO II - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS INDICADOS PARA LEILÃO – ESTIMATIVA
DE PREÇO POR PESO MÉDIO.**

(anexo em arquivo digital)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

LEILÃO nº 001/2022 - SO

PROCESSO ELETRÔNICO nº 0714/2022

ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, sediada na, cidade de, estado, telefone(s), e-mail para contato, neste ato representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG, residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, no **Leilão nº 001/2022**, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....
(local e data)

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.